

Crescimento ou desenvolvimento?

JORNAL DO BRASIL

12 JAN 1987

Otávio Tirso de Andrade

Os integrantes do governo Sarney e grande parte da opinião pública não parecem notar que a Nova República em pouco ou quase nada se distingue das administrações anteriores, apesar do pomposo apelido que adotou. Haverá quem observe estarmos a viver em regime de plena liberdade política. É verdade. Mas não esqueçamos que a livre manifestação de opinião se exerce desde a revogação do AI-5. Não a devemos aos civis atualmente no poder. As causas que nos permitem usufruir-la são uns tanto por cento endógenas e outros tantos, mais quantiosos, de origem exógena. Aos futuros historiadores caberá identificá-las.

A vida administrativa flui no mesmo tedioso estilo de outrora: um decreto discricionário hoje e outro amanhã, índices de preços que nada indicam por mudarem tanto quanto a direção do IBGE, inflação cuja taxa deixa saudades, agora, ao conhecermos a que nos espera no dia seguinte...

A emergência mais ou menos constante de negócios oficiais, difíceis de explicar ou francamente incompreensíveis, a não ser como negociações, se ocorria anteriormente, acontece com a mesma impavidez de sempre. As Cobec de ontem e à impune e paulatina dilapidação de centenas de milhões de dólares que promoviam, sucedem-se as desvairadas investidas atuais sobre as reservas de divisas: outras centenas e centenas de milhões perdidos! Já estão, por exemplo, as importações de gêneros podres a preços extorsivos e essa repugnante e até delituosa importação de café africano — efetuada pelo IBC — para indevido gozo do Bando da Lua Nova e de seus padrinhos e prejuízo imenso do mercado interno e externo e até com risco mortal para a lavoura cafeeira do país, exposta à contaminação por pragas desconhecidas aqui.

O “progressismo” vazio, de antigamente, sobrevive no mesmo impulso de crescimento com endividamento externo, tão de agrado a empreiteiros sortidos. O desenvolvimento propriamente dito continua adiado para outras ocasiões. Sim, porque desenvolver uma nação não é ornamentá-la com pirâmides! É impulsionar a economia com a paralela evolução do elemento mais essencial: o mental, o afetivo, como observou o historiador francês Pierre Chaunu em comunicação feita, há alguns anos, em seminário sobre assuntos brasileiros promovido, em Paris, pelo “Centre National de la Recherche Scientifique”. “Ao fim de tudo — são palavras de Chaunu — o mais importante é o cérebro humano, seu conteúdo, suas possibilidades; é a sua programação desde a infância por um sistema de civilização que é, notadamente, um método de educação. O econômico não se isola.”

O governo do acadêmico Sarney — acadêmico da ABL — não diverge dos que o antecederam imediata e longinquamente ao ignorar a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Ilude-se ao supor que o progresso deva resultar da montagem de uma fábrica aqui e uma hidroelétrica ali. Tanto quanto seus antecessores da era castrense, ignora ser impossível acabar com os “dois Brasis” — o miserável e o outro — se o Estado perseverar em prescindir de dar a devida ênfase ao mais importante de todos os investimentos: o que é feito na defesa da saúde e na educação das massas.

“A atual orientação das pesquisas sobre o século XVIII — prossegue Chaunu — mostra-nos que a condição fundamental da demarcação situa-se ao nível de alfabetização, do que sou tentado a denominar a programação maciça dos cérebros pela aquisição, desde a idade de 6 a 7 anos, das técnicas intelectuais da escrita, da leitura e do cálculo elementar. Vejam a Escócia, vejam a Inglaterra, vejam a França ao Norte do rio Loire, vejam a Prússia. O que conta, de fato, é a constituição de uma categoria de artifices inteligentes com suas mãos que tenham ultrapassado o umbral verdadeiramente significativo da leitura autônoma”. Os políticos nacionais são indiferentes à efetivação da etapa preliminar ao desenvolvimento — referida por Chaunu — e tentam escamotear o problema, outorgando o direito de voto aos analfabetos.

No mesmo seminário do CNRS acima referido, o Sr. Celso Furtado fez uma comunicação intitulada “Análise Econômica e História Quantitativa”. Em seu trabalho, o atual Sr. Ministro da Cultura menciona os esforços da Coroa para a implantação da indústria no Brasil e afirma: “Um problema que merece

Economia Brasil
certamente mais atenção é o fracasso desta política, ao qual devemos o atraso considerável com que ocorrerá a industrialização no Brasil”.

Não seria no âmbito de artigo de jornal que nos dariamos ao ridículo de tentar elucidar a complexa questão referida pelo conhecido economista e professor. Nas demais intervenções de outros historiadores nacionais e estrangeiros presentes ao “Colóquio”, realizado há mais de uma década, há menção a diversas causas que, entre outras não referidas, certamente concorreram para o atraso mencionado. Na já citada comunicação, Pierre Chaunu lembra, por exemplo, uma imagem de E.A. Wrigley extremamente elucidativa a respeito. Após enumerar condições preexistentes na Inglaterra, ao produzir-se o *take-off*, Wrigley diz: “A revolução industrial é a culminação dramática de um longo processo cumulativo de modificação (long gathering process of change) que funciona tal como o cilindro que pode ser subitamente posto em movimento por um jato a vapor, desde, porém, que a água haja sido aquecida longamente”. (Com a sua constante atenção às questões de educação, ciência e cultura, o Sr D Pedro II é um dos poucos autênticos homens de Estado, em nossa História, realmente preocupado com a implantação, aqui, das indispensáveis condições que devem preexistir ao desenvolvimento autêntico.)

Além da excessiva exposição da economia luso-brasileira ao imperialismo colonial britânico em sua fase de predatória virulência — que Chaunu inclui entre as causas do parco legado econômico dos séculos anteriores ao nosso século XX —, o crescimento líquido do Brasil teria sido absorvido também — sempre segundo o mesmo autor — pela indigestão resultante do investimento a muito longo prazo na expansão territorial efetuada até o século XVIII. As circunstâncias aludidas teriam ensejado prejuízos à qualidade do homem, isto é, às modificações qualitativas da sociedade indispensáveis à eclosão do progresso a tempo de nos emparelharmos com as Nações mais avançadas no alvorecer dos anos 1900.

Agora, no limiar do século XXI, ocupado quase todo o território nacional, quando a velocidade do crescimento demográfico — e não a ausência de habitantes — se constitui em uma das causas da má qualidade de vida do povo, avulta como o principal motivo do atraso relativo do Brasil diante das economias modernas e excessiva, a imensa, a incomensurável dimensão do balordo Estado sob o qual vivemos. Não é outra a maior razão da miséria das massas, embora a burocracia, a *Nomenklatura* e os mercenários que a servem se esforcem em criar duendes (as multinacionais, o capital estrangeiro, etc...) com os quais esperam dificultar a visão nítida dos verdadeiros obstáculos opostos à plena valorização dos recursos do país.

A demagogia do desenvolvimento à custa de emissões sem lastro assume os contornos de escárnio quando verificamos que, por ocasião do nascimento do já falecido Plano Cruzado, a dívida líquida do setor público se aproximava dos 110 bilhões de dólares, ou seja, andava em torno de 50% do Produto Interno Bruto! E, desde então, aumentou sem cessar!

Ante tamanho desperdício e dissipação de recursos, como esperar promover a educação do povo e defender-lhe a saúde senão por uma urgente, drástica e radical redução da máquina estatal?

Os estudos de Karnack no Banco Mundial, citados por Chaunu, confirmam que o crescimento nos países em desenvolvimento está mais ligado a fatores residuais (educação, qualificação) do que à quantidade representativas de capital e trabalho.

Até ao alvorecer do próximo século — a não ser que ocorra uma revolução tecnológica insuspeitada agora — por maior que seja a bulímia tributária do Estado, tudo quanto vier a arrecadar será insuficiente para dotar com os recursos necessários a empreitada em favor da saúde e da educação do povo brasileiro e da defesa deste nosso imenso país. Como admitir, portanto, que o Governo federal continue transformado em gigantesco *holding* das mais variadas empresas industriais e mercantis — a maioria das quais onerosas e ineficientes — em prejuízo das intransferíveis missões que lhe competem?

O Xá Reza Pahlevi semeou o Irã com petroquímicas, refinarias de petróleo e uma infinidade de empresas estatais moderníssimas. Esqueceu, porém, a educação do povo. Colheu o retorno do país ao século XI com o aiatolá Khomeini apoiado em imensa massa de analfabetos. Anotem isto os senhores constituintes.